

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**PROVA I**

**DIREITO PENAL**

---

**01. Com relação ao princípio da insignificância, é correto afirmar que**

- a) foi adotado expressamente no Código Penal brasileiro, reformado em 1984.
- b) foi adotado expressamente na Constituição Federal de 1988.
- c) as duas turmas criminais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm adotado como valor limite do bem ofendido o percentual de até 10% do salário mínimo.
- d) só é aplicado em crimes patrimoniais.

**02. Assinale a opção que corresponde à figura do território por extensão.**

- a) As embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- b) Crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.
- c) Aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- d) Contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de estado, de território, de município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

**03. Em relação aos crimes omissivos, é correto dizer que**

- a) delito de olvido ou de esquecimento corresponde ao crime omissivo impróprio na forma culposa.
- b) crime comissivo por omissão é o crime omissivo próprio.
- c) crime omissivo próprio é crime de omissão qualificada.
- d) crime de omissão simples é o crime omissivo impróprio.

**04. Em tal teoria do crime, a culpabilidade é classificada como psicológica pura, ou seja, composta apenas por elementos psicológicos. Essa afirmação constitui característica da teoria**

- a) significativa da ação.
- b) causal clássica.
- c) funcionalista.
- d) finalista.

**05. No que concerne às penas no Brasil, assinale a opção correta.**

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada exige motivação idônea.
  - b) A atenuante pode conduzir a pena abaixo do mínimo legal, segundo entendimento sumulado do STJ.
  - c) A agravante pode conduzir a pena acima do máximo legal, segundo entendimento sumulado do STF.
  - d) A pena de multa não cumprida pode ser convertida em pena restritiva, segundo o texto expresso do Código Penal.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**06. No modelo finalista, a culpa**

- a) está na culpabilidade.
  - b) integra a punibilidade.
  - c) faz parte da conduta.
  - d) independe do elemento volitivo.
- 

**07. A tentativa, no sistema penal, é incompleta no**

- a) tipo subjetivo.
  - b) tipo objetivo.
  - c) nexo causal.
  - d) na culpabilidade.
- 

**08. Com relação aos crimes contra a pessoa, assinale a opção correta.**

- a) O privilégio do homicídio, por ser elementar, se comunica.
  - b) Admite-se a punição do aborto na forma culposa.
  - c) Admite-se a punição do infanticídio na forma culposa.
  - d) A jurisprudência admite a combinação de qualificadora do homicídio com dolo eventual.
- 

**09. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.**

- a) Peculato furto é peculato próprio.
  - b) Peculato apropriação é peculato próprio.
  - c) Concussão e corrupção passiva possuem o mesmo patamar de pena máxima.
  - d) O princípio da insignificância não se aplica ao crime de descaminho.
- 

**10. A terceira via no Direito Penal corresponde à**

- a) pena privativa de liberdade.
  - b) diminuição ou exclusão da pena privativa como resultado da reparação de danos à vítima.
  - c) medida de segurança.
  - d) substituição de pena privativa por penas restritivas de direito.
- 

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

**11. Considerando as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime) no CPP, especialmente após o que decidiu o STF nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, assinale a opção correta.**

- a) O juiz não pode determinar, sequer pontualmente, a realização de diligências suplementares para dirimir dúvida sobre questão relevante para o julgamento do mérito, sob pena de ofensa à estrutura acusatória do processo penal, já que o juiz deve adotar postura passiva na gestão da prova, tarefa esta que cabe às partes.
  - b) A criação do juiz das garantias pela Lei n. 13.964, de 2019, teve, entre os seus objetivos, o de garantir a imparcialidade do juiz que julgará o mérito da causa penal, pois o juiz que atua na fase pré-processual preside e dirige as investigações.
  - c) O procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do Ministério Público deverá, sem exceção alguma, ser encaminhado ao Poder Judiciário para controle judicial, ainda que exista órgão interno ministerial com atribuição de controle dos atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal.
  - d) Uma das competências do juiz das garantias é a de prorrogar a prisão provisória ou outra medida cautelar, bem como substituí-las ou revogá-las, sempre assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

**12. Considerando as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime) no CPP, especialmente após o que decidiu o STF nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, assinale a opção correta.**

- a) ~~Uma das competências do juiz das garantias é a de receber a denúncia ou a queixa, preservando-se, dessa forma, a imparcialidade do juiz que julgará o mérito da causa penal, que não será influenciado pelos elementos de informação colhidos na fase pré-processual.~~
- b) ~~No direito brasileiro, o controle intersubjetivo das decisões do juiz togado se dá a partir da fundamentação das decisões.~~
- e) ~~Na hipótese de requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, o juiz pode deixar de realizar a prévia audiência pública e oral quando houver risco para o processo, ou diferi-la em caso de necessidade.~~
- d) ~~O preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz das garantias, no prazo de 24 horas, salvo impossibilidade fática, momento em que se realizará a audiência com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública ou de advogado constituído, cabendo, excepcionalmente, o emprego de videoconferência, mediante decisão da autoridade judiciária competente, desde que este meio seja apto à verificação da integridade do preso e à garantia de todos os seus direitos.~~

**13. Tendo em consideração as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime) no CPP, especialmente após o que decidiu o STF nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, assinale a opção correta.**

- a) O juiz que atuar como juiz das garantias ficará impedido de funcionar no processo, regra esta que tem a finalidade de proteger o juiz do processo contra heurísticas e vieses cognitivos que prejudiquem sua imparcialidade.
- b) As normas relativas ao juiz das garantias aplicam-se à primeira fase do rito escalonado do Tribunal do Júri, de modo que o juiz das garantias que atuou na fase de inquérito não poderá, ao final da primeira fase em juízo, pronunciar o acusado.
- c) Os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias ficarão acautelados na secretaria desse juízo, à disposição do Ministério Público e da defesa, e não serão apensados aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento, ressalvados os documentos relativos às provas irrepetíveis, medidas de obtenção de provas ou de antecipação de provas, que deverão ser remetidos para apensamento em apartado.
- d) As normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam às seguintes situações:  
a) processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei n. 8.038/1990; b) processos de competência do tribunal do júri; c) casos de violência doméstica e familiar, especialmente em razão dos aspectos que decorrem do ciclo da violência doméstica; e d) infrações penais de menor potencial ofensivo.

**14. No que tange às alterações promovidas no CPP pela Lei n. 13.964, de 2019, bem como considerando a decisão do STF no julgamento das ADIs 6.299, 6.298, 6.300 e 6.305, assinale a opção correta.**

- a) O juiz das garantias será investido, e não designado, conforme as normas de organização judiciária da União, dos estados e do Distrito Federal, observando critérios objetivos a serem periodicamente divulgados pelo respectivo tribunal.
- b) Está abrangido pelo âmbito de proteção do direito fundamental à informação o ajuste prévio entre autoridades públicas que atuam na persecução penal, como delegado de polícia ou promotor de Justiça, e a imprensa, para que esta faça a cobertura, em tempo real e ao vivo, do cumprimento da prisão preventiva de foragido perigoso e famoso.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- c) Importante novidade trazida pelo pacote anticrime e que foi mantida pelo STF, em prestígio ao sistema acusatório, foi a retirada da competência do juiz para atuar como fiscal anômalo do princípio da obrigatoriedade da ação penal.
- d) O arquivamento da persecução penal não precisa ser comunicado à vítima, pois não se aceita a vingança privada, e a vítima só pode atuar na persecução penal na condição de assistente de acusação.

---

**15. O art. 316 do CPP, com a redação dada pela Lei n. 13.964, de 2019, prevê o seguinte: “Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.”. Especificamente em relação ao parágrafo único, tendo em vista o posicionamento do STF, assinale a opção correta.**

- a) A necessidade de revisão periódica da prisão só existe enquanto o feito tem curso na fase de conhecimento e se encerra ao final da instrução processual penal. A partir da fase decisória, com a sentença, e com eventual prolongamento do processo com interposição de recurso, desaparece a necessidade de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva. Isso porque o objetivo da norma é evitar prolongamento desarrazoado de prisões preventivas em processos cuja instrução demore excessivamente. Uma vez declarada a culpa, por sentença, e reafirmada a necessidade de manutenção da prisão preventiva, a razão de ser da necessidade de revisão periódica da prisão desaparece. Nesse caso, ao final do processo, quando do cumprimento da pena, acontece a detração penal.
- b) A necessidade de revisão periódica da prisão perdura enquanto o processo estiver pendente. O juízo competente para proceder a essa revisão é aquele que estiver exercendo jurisdição no momento, ainda que o processo esteja nas instâncias excepcionais. Além disso, a inobservância da reavaliação prevista no parágrafo único do art. 316 do CPP, após decorrido o prazo legal de 90 dias, não implica a revogação automática da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.
- c) A necessidade de revisão periódica da prisão perdura enquanto o processo estiver pendente, mas o juízo competente para proceder a essa revisão será sempre aquele que tiver decretado a prisão preventiva. Além disso, a inobservância da reavaliação prevista no parágrafo único do art. 316 do CPP, após decorrido o prazo legal de 90 dias, implica a revogação automática da prisão preventiva. Isso porque, descumprido esse prazo, a prisão torna-se ilegal, nos exatos termos do dispositivo legal.
- d) A necessidade de revisão periódica da prisão perdura enquanto o processo estiver em juízo que exerça cognição plena sobre a causa penal, de modo que desaparece a necessidade de revisão quando o feito ingressa nas instâncias excepcionais. O juízo competente para proceder a essa revisão, enquanto ela for necessária, é aquele que estiver exercendo jurisdição no momento. Além disso, a inobservância da reavaliação prevista no parágrafo único do art. 316 do CPP, após decorrido o prazo legal de 90 dias, não implica a revogação automática da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

**16. Quanto ao tema da prova no processo penal e com base no entendimento do STF, assinale a opção correta.**

a) Em hipótese alguma pode haver escuta ambiental em escritório de advocacia, mesmo com autorização judicial, pois, conforme art. 7.º, inciso II, do Estatuto da OAB, é direito do advogado a “inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia”. Esse direito protege o exercício legítimo da atividade profissional da advocacia, bem como os direitos e as garantias fundamentais das pessoas que buscam os serviços do escritório de advocacia e que podem ter devassadas as suas conversas com seus advogados, as quais devem receber a proteção legal para que não cheguem ao conhecimento de terceiros, principalmente de autoridades de persecução penal.

b) Com autorização judicial, é possível a escuta ambiental em escritório de advocacia quando há suspeita grave da prática de crime por advogado, no escritório, sob pretexto de exercício da profissão. Além disso, os equipamentos eletrônicos para escuta podem ser instalados durante o repouso noturno, quando o escritório estiver vazio, sem que isso implique qualquer ofensa aos incisos X e XI do art. 5.º da Constituição Federal (“X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”).

c) Com autorização judicial, é possível a escuta ambiental em escritório de advocacia quando há suspeita grave da prática de crime por advogado, no escritório, sob pretexto de exercício da profissão. Entretanto, os equipamentos eletrônicos para escuta devem ser instalados durante o dia, ainda que seja necessário o uso de disfarce para que a providência não seja descoberta pelos alvos da medida.

d) Considerando o disposto no inciso XII do art. 5.º da Constituição Federal (“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”), os dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, não podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos. Isso porque concluir de forma diversa seria permitir a obtenção, por vias oblíquas, daquilo que não se pode obter por via direta (interceptação telefônica em processo administrativo disciplinar). Além disso, tratando-se de norma que desenha restritivamente direitos e garantias fundamentais, o inciso XII do art. 5.º da Constituição Federal não pode ser aplicado de forma ampliativa.

**17. Imagine a seguinte situação hipotética: em um hospital público, um grupo de enfermeiras desconfia que determinado médico anestesista comete abusos contra pacientes sedadas durante o parto. Em razão das desconfianças, essas enfermeiras preparam uma estrutura para gravação clandestina de determinado procedimento cirúrgico de parto e flagram o médico colocando as partes íntimas dele sobre o rosto e na boca da paciente desacordada. Com base nessa situação hipotética e no entendimento recentemente adotado pelo STJ, assinale a opção correta.**

a) Considerando o disposto no art. 8.º-A, § 4.º, da Lei n. 9.296, de 1996, com a redação dada pela Lei n. 13.964, de 2019 (“§ 4.º A captação ambiental feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

poderá ser utilizada, em matéria de defesa, quando demonstrada a integridade da gravação.”), a gravação clandestina referida no enunciado da questão não pode ser considerada pelo Juízo para fins de condenação do médico anestesista.

b) A captação ambiental sem autorização judicial não é válida nem mesmo quando feita por um dos interlocutores.

c) No exemplo hipotético, é possível sustentar o princípio da proporcionalidade e os direitos fundamentais da vítima, especialmente integridade e dignidade, para viabilizar o uso da gravação clandestina como prova para condenação do médico anestesista. As enfermeiras, no caso, agiram em legítima defesa do direito de terceiro (no caso, a vítima), o que afastaria eventual ilicitude na gravação clandestina.

d) O que impede o uso da gravação referida no enunciado é o fato de ter havido violação do direito à intimidade e privacidade, tanto do médico quanto da vítima.

---

**18. Sobre ação penal, assinale a opção correta.**

a) A representação da vítima é retratável até o oferecimento da denúncia, quando se tratar de violência doméstica e familiar contra a mulher, e até o recebimento da denúncia quando não se tratar de violência doméstica e familiar contra a mulher.

b) A persecução penal contra crime de ameaça praticada no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher é de iniciativa pública incondicionada, tendo em vista as peculiaridades do ciclo da violência doméstica e familiar contra a mulher. Isso porque a mulher que se encontra na fase da lua de mel tende a não mais desejar a punição do agressor. Portanto, caso se considerasse a ameaça contra a mulher no âmbito doméstico de iniciativa pública condicionada à representação, haveria estímulo indireto a que a mulher se perpetuasse como vítima nesse ciclo da violência doméstica.

c) A persecução penal do crime de lesões corporais leves praticado contra mulher no âmbito doméstico e familiar é de iniciativa pública condicionada à representação.

d) O ajuizamento da ação penal privada pode ocorrer após o decurso do prazo legal, sem que seja oferecida denúncia, ou promovido o arquivamento, ou requisitadas diligências externas ao Ministério Público, eis que diligências internas à instituição são irrelevantes.

---

**19. Quanto ao tema das provas, assinale a opção correta.**

a) A concepção de prova mais correta é a psicológica ou subjetivista, que considera provada uma hipótese fática quando o julgador se sente seguro, convencido ou convicto sobre os fatos controvertidos. Além disso, a valoração da prova é atividade guiada muito mais pelo critério quantitativo do que pelo critério qualitativo.

b) Se os elementos de informação colhidos no curso do inquérito policial forem robustos, o juiz poderá condenar o réu com base apenas nesses elementos de informação.

c) O Brasil adota o sistema do livre convencimento motivado (persuasão racional), de modo que não existe possibilidade de decisão proferida pelo Poder Judiciário em que o julgador não exponha as razões de sua decisão.

d) A exigência de certidão de óbito para o reconhecimento da extinção da punibilidade pela morte do agente é resquício do sistema da prova tarifada no Código de Processo Penal.

---

**20. Sobre sentença, recursos e coisa julgada, assinale a opção correta.**

a) O princípio da *non reformatio in pejus* é aplicável quando também há recurso do Ministério Público.

b) Se determinada pessoa tiver sido condenada, com trânsito em julgado, a uma pena de 18 anos de reclusão em regime aberto pela prática de latrocínio, o juízo da

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

execução poderá determinar o início do cumprimento da pena em regime fechado, ao argumento de que o regime aberto foi fixado de forma equivocada.

c) Na verificação de eventual violação do princípio da *non reformatio in pejus*, deve ser feita avaliação apenas quantitativa, ou seja, o princípio não estará violado se, em recurso exclusivo da defesa, o juízo *ad quem* tiver reconhecido uma majorante não reconhecida na sentença, mas, por ter afastado uma qualificadora, a pena final fixada pelo tribunal tiver sido inferior à fixada na sentença.

d) O princípio da *non reformatio in pejus* também incide nas hipóteses em que a sentença é anulada em razão de recurso exclusivo da defesa, situação em que a segunda sentença a ser proferida, bem como as posteriores decisões, como acórdão de tribunal, não poderão piorar a situação do réu. Trata-se da *non reformatio in pejus* indireta.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

**21. O CPC de 2015 inovou em relação à codificação anterior, ao trazer uma parte geral, além de arrolar diversos princípios. Sobre os princípios processuais listados no CPC, assinale a opção correta.**

a) A razoável duração do processo, princípio de matriz constitucional, determina que os processos devem ter tramitação célere pelo menos até a sentença de mérito, o que não inclui a atividade satisfativa.

b) O princípio da cooperação determina que o autor e o réu devem obedecer aos mandamentos do julgador, para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, mas não se aplica ao membro do Ministério Público.

c) A razoabilidade é um princípio expresso do processo civil e o juiz, ao aplicar o ordenamento jurídico, deve observá-la e atender aos fins sociais e às exigências do bem comum.

d) O contraditório e a ampla defesa foram muito prestigiados na parte geral do CPC/2015, tanto que nunca será possível ao julgador proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

---

**22. Considere as seguintes afirmações sobre capacidade processual.**

I – A capacidade de estar em juízo diz respeito à correta representação por advogado, regularmente inscrito na OAB.

II – Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil e, por isso, toda pessoa tem capacidade de ser parte no processo civil.

III – O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

IV – As Assembleias Legislativas, por não possuírem personalidade jurídica, mas apenas personalidade judiciária, só podem participar do processo judicial na defesa de direitos institucionais próprios.

---

Assinale a opção que indica apenas afirmações corretas.

- a) I.
  - b) II e III.
  - c) IV.
  - d) II e IV.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

**23. A gratuidade de justiça é um benefício que concede isenção no pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios. Acerca do referido instituto, assinale a opção correta.**

- a) É disciplinado primordialmente pela Lei n. 1.060/1950, que tem prevalência sobre o CPC, em especial sobre as hipóteses em que seriam dispensados pagamentos (caso concedido o benefício).
- b) Em qualquer caso é vedado o parcelamento do pagamento de despesas processuais pelo juiz, que tem o poder de conceder integralmente ou negar o benefício da gratuidade de justiça.
- c) Uma vez concedida a gratuidade de justiça, ela não alcança o pagamento de honorários periciais, já que tal benefício não pode ser imposto a terceiros (peritos).
- d) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

**24. A petição inicial é a peça inaugural do processo, pela qual o autor provoca a atividade jurisdicional e fixa os limites da sua atuação. São requisitos da petição inicial, no procedimento comum, segundo o CPC:**

- a) qualificação das partes, indicação do valor da causa, indicação específica do pedido e da causa de pedir.
- b) endereçamento do juízo ao qual é dirigida, indicação das provas que a parte autora pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados, bem como comprovante de endereço da parte autora.
- c) procuração do advogado regularmente constituído, comprovante do pagamento das custas processuais, bem como qualificação das partes, que se for incompleta acarretará, necessariamente, o indeferimento da inicial.
- d) endereço das partes, inclusive eletrônico, indicar se deseja a realização de audiência de conciliação, bem como a apresentação de pedido certo e específico, não sendo possível nunca a formulação de pedido genérico.

**25. Prova é todo elemento que contribui para a formação do conhecimento do julgador sobre as alegações de fato controvertidas. As provas trazem para o julgador uma reconstituição daquilo que as partes alegaram. Sobre as provas, no processo civil, assinale a opção INCORRETA.**

- a) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- b) É vedada a formulação direta de perguntas das partes à testemunha, em razão do sistema presidencial das audiências.
- c) Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

**26. Considerando os elementos e o efeito da sentença, assinale a opção correta.**

- a) É possível a alteração da sentença, após sua publicação, para correção de erro material ou de cálculo.
- b) Todas as sentenças, no procedimento comum, devem apresentar fundamentação e dispositivo, sendo dispensado o relatório a critério do juiz.
- c) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, mas pode condenar a parte em quantidade superior ao que foi demandado.
- d) A sentença será proferida sem resolução de mérito no caso de homologação de transação entre as partes.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**27. Sobre a ação monitória, assinale a opção correta.**

- a) Só é cabível em caso de pagamento de quantia em dinheiro, não sendo admitida para adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.
  - b) Não é cabível em face da Fazenda Pública.
  - c) Tem como requisito específico a apresentação imediata pelo autor, na petição inicial, de prova escrita sem eficácia de título executivo.
  - d) É cabível apresentação de embargos à monitória, pelo réu, desde que prestada a devida caução.
- 

**DIREITO CIVIL**

---

**28. João, brasileiro e domiciliado em São Paulo, viajou à Turquia e lá celebrou um contrato de aquisição de um computador com Bill, um canadense domiciliado na Austrália que estava de férias na Turquia. Nesse caso, a lei a ser aplicada para reger o contrato será a lei do(a):**

- a) Brasil.
  - b) Turquia.
  - c) Canadá.
  - d) Austrália.
- 

**29. Assinale a opção correta.**

- a) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
  - b) O exercício de emprego público efetivo é causa de emancipação de quem tem menos de 18 anos de idade.
  - c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
  - d) Dois anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória de uma pessoa que declarada ausente, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.
- 

**30. Três amigos decidem criar uma pessoa jurídica para promoverem o cuidado de animais, arrecadando doações financeiras, acolhendo animais, promovendo campanhas de “adoção” de animais etc. A ideia é que todos os integrantes da pessoa jurídica sejam movidos pelo interesse de ajudar. Nesse caso, a pessoa jurídica adequada é**

- a) Sociedade.
  - b) Associação.
  - c) Fundação.
  - d) Partido Político.
- 

**31. O prazo prescricional da pretensão para obter indenização por dano causado em razão de dano causado a um pedestre que foi atropelado por um motorista desatento é de**

- a) 1 ano.
  - b) 2 anos.
  - c) 3 anos.
  - d) 5 anos.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**32. Não é dano indenizável**

- a) dano material.
- b) perda do tempo livre.
- c) dano estético.
- d) dano hipotético.

---

**33. Gugu, de 14 anos de idade, é proprietário de uma fazenda de 100 hectares. Essa fazenda foi invadida por Apolônio, que a ocupa como se fosse dono há dez anos. Apolônio, durante todo esse período, fixou sua moradia na fazenda e a explora mediante plantações. Nessa hipótese, assinale a opção correta.**

- a) Não é cabível usucapião, porque esse instituto não pode beneficiar pessoas de má-fé, como invasores.
- b) É cabível o usucapião especial urbano.
- c) É cabível o usucapião extraordinário, seja porque o possuidor fixou sua moradia no bem, seja porque ele realizou serviços produtivos no bem.
- d) Não cabe usucapião.

---

**34. O tio é parente colateral de**

- a) 3.º grau.
- b) 4.º grau.
- c) 2.º grau.
- d) 5.º grau.

---

~~**35. Artur, de 69 anos de idade, casou-se com Patrícia, de 25 anos. Não fez nenhum pacto antenupcial. O casal teve cinco filhos, frutos do relacionamento. Nesse caso, assinale a opção correta.**~~

- ~~a) O regime de bens em vigor para o casamento indicado no enunciado é o da separação legal de bens.~~
- ~~b) No caso de morte de Artur, Patrícia não terá direito a nada, nem mesmo sobre os bens adquiridos onerosamente ao longo do casamento, salvo se houver prova de esforço comum na aquisição.~~
- ~~c) Se um dos filhos de Artur tiver 16 anos de idade e, com essa idade, tiver assassinado o pai, ele não poderá ser excluído da sucessão, pois sua conduta configura ato infracional, e não homicídio.~~
- ~~d) No caso de morte de Artur, supondo-se que este tenha deixado apenas bens adquiridos antes do casamento, a viúva terá direito a 1/4 da herança, ao passo que os quatro filhos dividirão o restante.~~

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

**36. A partir das normas constitucionais relacionadas às liberdades públicas, à vida privada e intimidade, bem como considerando o entendimento do STF, assinale a opção correta.**

- a) Como reflexo de regime democrático instaurado a partir de 1988 após contexto de severas restrições e censura, pode-se afirmar que a liberdade de expressão é um direito absoluto, que prevalece sobre qualquer outro princípio ou direito conflitante.
- b) Não obstante se confira elevado valor constitucional à liberdade de informação, esta não possui força normativa para sobrepujar-se à proteção da vida privada e da intimidade da pessoa natural, que sempre prevalecerá de forma absoluta sobre outro princípio ou direito conflitante.
- c) A partir de interpretação conforme a Constituição atribuída aos arts. 20 e 21 do Código Civil e à luz dos direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

expressão, de criação artística e produção científica, o STF afirmou a inexigibilidade de autorização da pessoa biografada relativamente para a publicação de obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes.

d) A partir de interpretação conforme a Constituição atribuída aos arts. 20 e 21 do Código Civil e à luz dos direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística e produção científica, o STF afirmou a inexigibilidade de autorização da pessoa biografada relativamente para a publicação de obras biográficas literárias ou audiovisuais, exigindo-se, porém, a autorização das pessoas retratadas como coadjuvantes da história, eis que não correspondem ao núcleo temático da informação publicada.

---

**37. No âmbito das normas constitucionais que disciplinam o Sistema Tributário Nacional, pode-se afirmar que é vedado ao Poder Público:**

a) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, dever que não se cumpre pela edição de Medida Provisória, uma vez que se exige, para tal finalidade, lei em sentido formal.

b) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

c) instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, sendo possível a cobrança de impostos sobre livros eletrônicos e o suporte físico eletrônico destinado exclusivamente à sua leitura.

d) instituir tributos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, inclusive na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a *laser*.

---

**38. Brasileiro naturalizado pode assumir o cargo de**

a) vice-presidente da República.

b) ministro de Estado da Defesa.

c) oficial das Forças Armadas.

d) ministro do Superior Tribunal Justiça.

---

**39. Sobre o acesso de dados bancários pela Administração Pública Tributária, assinale a opção correta, segundo o entendimento do STF.**

a) As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios podem requisitar diretamente das instituições financeiras informações sobre as movimentações bancárias dos contribuintes, independentemente de prévia autorização judicial, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais informações sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.

b) A obtenção de informações bancárias dos particulares em poder das instituições financeiras ou bancárias apenas poderá dar-se mediante prévia autorização judicial, como meio de defesa da vida privada e da intimidade dos cidadãos (art. 5, X, da CRFB/88).

c) Ainda que se exija a prévia instauração de procedimento administrativo, as informações obtidas pelas autoridades e pelos agentes fiscais tributários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão ser posteriormente publicadas nos meios oficiais, como forma de garantir a transparência e a publicidade sobre os atos de fiscalização.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

d) Ainda que se dispense a prévia instauração de procedimento administrativo, as informações obtidas pelas autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão ser conservadas em sigilo, razão pela qual não há propriamente uma quebra de sigilo, mas tão somente sua transferência.

---

**40. Sobre o regime constitucional dos servidores públicos civis, é INCORRETO afirmar que**

- a) apenas por meio de sentença judicial transitada em julgado é que o servidor público estável poderá perder o cargo, vedada a sua destituição por meio de processo administrativo.
- b) a perda do cargo de servidor público estável poderá se dar mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) a perda do cargo de servidor público estável poderá se dar mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- d) é obrigatória, como condição para a aquisição da estabilidade, a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

FESMPDET - REPRODUÇÃO PROIBIDA

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**PROVA II**

**DIREITO PENAL**

---

- 01.** Com relação às teorias do crime, assinale a opção incorreta.
- a) O causalismo clássico foi adotado na reforma da parte geral do Código Penal brasileiro de 1984.
  - b) O funcionalismo penal teleológico foi desenvolvido por Claus Roxin.
  - c) O finalismo adotou uma concepção normativo-pura da culpabilidade.
  - d) A teoria significativa da ação foi desenvolvida por Vives Anton.
- 
- 02.** Com relação à política criminal, assinale a opção correta.
- a) O atuarialismo penal deslegitima a função ressocializadora da pena.
  - b) A ideologia abolicionista defende a existência de pena privativa.
  - c) O garantismo monocular defende a tutela penal de bens jurídicos supraindividuais.
  - d) O garantismo integral defende somente a tutela penal de bens jurídicos individuais.
- 
- 03.** No tocante à Teoria da Norma do Direito Penal, assinale a opção incorreta.
- a) Compete à União, como fonte de produção, elaborar o direito penal no Brasil, embora exista discussão sobre o alcance da delegação prevista no parágrafo único do artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil.
  - b) Em relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da atividade.
  - c) No que atine ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da ubiquidade.
  - d) Em relação ao direito penal no espaço, o Código Penal brasileiro adotou o princípio da territorialidade sem exceção.
- 
- 04.** Com relação à medida provisória em matéria penal, assinale a opção incorreta.
- a) Não foi tratada de maneira expressa no Código Penal.
  - b) Não pode trazer novo tipo penal em seu texto.
  - c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, medida provisória não pode tratar de matéria penal, desde que seja de forma benéfica.
  - d) Pode tratar de matéria penal segundo o texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil.
- 
- 05.** No tocante ao estudo do fato típico e ao concurso de crimes, assinale a opção correta.
- a) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio somente admite o dolo direto.
  - b) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio somente admite o dolo eventual.
  - c) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio admite tanto o dolo direto quanto o dolo eventual.
  - d) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio admite tanto o dolo direto quanto a culpa.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**06.** Com suporte no estudo do *iter criminis* e da tentativa, assinale a opção correta.

- a) Não cabe tentativa em crime omissivo impróprio.
  - b) O crime formal plurissubsistente admite a tentativa.
  - c) A conspiração, em regra, é punida penalmente no Brasil.
  - d) O crime formal unissubsistente não admite a tentativa.
- 

**07.** Em relação ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- a) O Código Penal brasileiro adotou a teoria dualista como regra.
  - b) O Código Penal brasileiro adotou a teoria pluralista como regra.
  - c) A teoria do domínio do fato não explica a coautoria em crime culposos.
  - d) A teoria monista não foi adotada no Código Penal brasileiro.
- 

**08.** Com relação ao crime de homicídio, é correto dizer que

- a) o uxoricídio corresponde ao ato de matar a própria esposa.
  - b) é um crime permanente.
  - c) é um crime formal.
  - d) o matricídio é o ato de matar a própria irmã.
- 

**09.** Com relação ao crime de associação criminosa, é correto afirmar que

- a) é crime material.
  - b) é crime formal.
  - c) é crime de mão própria.
  - d) é crime de concurso eventual.
- 

**10.** Sobre os crimes contra a fé pública e a administração pública, assinale a opção incorreta.

- a) Caracteriza o crime de moeda falsa a falsificação de dinheiro que não possui curso legal no Brasil.
  - b) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.
  - c) No peculato culposos, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
  - d) Segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é possível a incidência do princípio da insignificância no crime de descaminho.
- 

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

**11.** Sobre a competência no processo penal, assinale a opção correta.

- a) No crime de estelionato, quando praticado mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será do local do domicílio da vítima.
  - b) No crime de homicídio consumado, a competência territorial é do lugar onde ocorreu a morte da vítima.
  - c) No crime de latrocínio consumado, a competência territorial é do lugar onde ocorreu a morte da vítima.
  - d) Se o crime é de ação penal privativa exclusiva, a competência territorial é do local de domicílio ou de residência da vítima.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- 12.** Sobre as medidas cautelares pessoais, assinale a opção correta.
- a) Só se admite a medida cautelar pessoal, no curso da investigação ou do processo, quando o crime trazer cominação, cumulativa ou alternativamente, de pena privativa de liberdade.
  - b) Não se admite que a prisão seja efetuada durante o repouso noturno.
  - c) O Código de Processo Penal admite o emprego da força para a realização da prisão, ainda que ausente ato de resistência ou tentativa de fuga.
  - d) Nos casos de urgência, indicado o risco de ineficácia da medida, o mandado de prisão poderá ser ordenado e expedido pela autoridade policial.
- 
- 13.** Sobre a prisão processual, assinale a opção correta.
- a) Quando a prisão se realizar fora da jurisdição do juiz processante, por cumprimento de precatória, a prisão deverá ser imediatamente comunicada ao juiz do local da medida.
  - b) Não se exige a comunicação da prisão em flagrante ao Ministério Público; incumbirá ao juiz comunicar o Ministério Público da prisão.
  - c) Quando fora da competência territorial do juízo que ordenou a prisão, o agente policial só poderá efetuar a prisão em situação de cumprimento de precatória.
  - d) No cumprimento do mandado de prisão, caso o réu entre numa casa e o morador se recuse a entregá-lo, será necessário aditamento à ordem de prisão por meio de nova decisão.
- 
- 14.** Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a opção correta.
- a) É incabível o acordo quando o preso em flagrante faz uso do direito ao silêncio na lavratura do auto de prisão em flagrante, pois, ainda que se proponha a confessar para os fins do acordo, exige-se que seu comprometimento seja voluntário e espontâneo.
  - b) A reparação do dano à vítima é exigência para a suspensão condicional do processo, mas não para o acordo de não persecução penal.
  - c) Se a pena máxima cominada ao crime superar oito anos, não cabe acordo de não persecução penal.
  - d) Para aferição da pena mínima cominada ao delito, com vistas ao acordo de não persecução penal, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.
- 
- 15.** Sobre a Lei número 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.
- a) A audiência prevista no artigo 16 da Lei número 11.340/2006 tem por objetivo confirmar a retratação da vítima, não a representação, e não pode ser designada de ofício pelo juiz.
  - b) A realização da audiência de retratação da vítima deve ocorrer ainda que a vítima não tenha manifestado desejo de se retratar, com vistas a assegurar que as partes observem possível composição.
  - c) Nos crimes de ação penal privada e de ação pública condicionada à representação da ofendida, deve-se oportunizar às partes a composição dos danos civis, como medida de evitação do processo-crime e da revitimização da ofendida.
  - d) É possível o manejo de suspensão condicional do processo, desde que a vítima concorde com os termos da proposta do Ministério Público.
- 
- 16.** Sobre o inquérito policial, assinale a opção correta.
- a) O manejo da ação penal deve ser antecedido pelo inquérito policial, pois este assegura justa causa àquela.
  - b) O auto de prisão em flagrante é ato inaugural de instauração do inquérito policial.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

c) Se o crime é de ação penal pública, a instauração do inquérito policial deve observar prévia autorização do Ministério Público.

d) O arquivamento do inquérito policial é ato decisório misto e decorre da consideração jurídica da autoridade policial sobre a inviabilidade da investigação.

---

**17.** Sobre as provas no processo penal, assinale a opção correta.

a) Nos casos de crimes que não deixam vestígios, desde que graves, é possível ao juiz formar sua certeza para condenação a partir unicamente dos elementos de informação do inquérito policial.

b) Entende-se por prova ilícita por derivação aquela que guarda nexos de causalidade com a prova ilícita.

c) Se a prova observar fonte independente, isto é, quando a observância dos trâmites típicos e de praxe próprios da investigação ou instrução conduzir ao fato objeto da prova, a prova será suspensa, e não excluída do processo.

d) É vedado ao juiz determinar, de ofício, prova no curso da investigação preliminar.

---

**18.** Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção correta.

a) Nos debates em plenário, é proibida a referência ao uso de algemas como argumento de autoridade, salvo quando o argumento for benéfico ao acusado.

b) Nos debates em plenário, é vedada a referência ao silêncio do acusado em seu prejuízo.

c) A leitura de laudos, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados, pode ser feita em plenário apenas quando os laudos tiverem sido juntados antes da pronúncia do acusado.

d) Aos jurados é permitido o acesso aos autos e aos instrumentos do crime, salvo quando houver matéria cujo sigilo tenha sido decretado pelo juiz presidente.

---

**19.** Sobre os recursos no processo penal, assinale a opção correta.

a) O recurso em sentido estrito admite retratação do juiz prolator da decisão recorrida.

b) O recurso de apelação admite retratação do juiz quando o Ministério Público concordar com a tese defensiva.

c) Se o Ministério Público e a defesa concordam quanto ao pleito defensivo, o provimento do recurso defensivo é mandatário.

d) Embora não possa desistir da ação penal aforada, o Ministério Público pode desistir do recurso interposto quando tal situação se mostrar mais benéfica ao réu.

---

**20.** Sobre o processo penal nos tribunais superiores, assinale a opção correta.

a) O Superior Tribunal Militar julga os crimes militares praticados por parlamentares federais.

b) O Tribunal Superior Eleitoral julga os crimes eleitorais praticados por senadores.

c) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar governadores que pratiquem crimes federais.

d) A atração, por continência ou conexão, do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função do parlamentar federal não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

**21.** Sobre a competência da justiça comum, é correto afirmar que

a) a Justiça Federal é competente para julgar causas em que é parte a sociedade de economia mista quando a maior parte do capital pertencer à União.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- b) compete, concorrentemente, à Justiça Federal e à Justiça Estadual decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, de suas autarquias ou de empresas públicas.
  - c) é da competência da Justiça Federal autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS/PASEP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta.
  - d) lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal, em que forem parte instituição de previdência social e segurado, possam ser processadas e julgadas na Justiça Estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de Vara Federal.
- 

**22.** Sobre os atos processuais, é incorreto afirmar que

- a) os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
  - b) a desistência da ação somente produz efeitos após homologação judicial e depende do consentimento do réu se já houver sido apresentada contestação.
  - c) a desistência do recurso somente produz efeitos se houver concordância do recorrido.
  - d) a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- 

**23.** ~~Considere as assertivas que se seguem.~~

~~I — O Ministério Público não tem legitimidade para requerer a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.~~

~~II — A intervenção da União como *amicus curiae* em demanda que tramita perante a Justiça Estadual provoca a declinação da competência para a Justiça Federal.~~

~~III — Havendo denunciação da lide e sendo procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva.~~

~~IV — De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em demanda indenizatória proposta por um consumidor contra um prestador de serviço, não pode este último promover a denunciação da lide contra terceiros.~~

~~Estão corretas apenas as afirmações~~

- ~~a) — I e II.~~
  - ~~b) — II e IV.~~
  - ~~c) — I e III.~~
  - ~~d) — I e IV.~~
- 

**24.** Considere as assertivas que se seguem.

I — De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a iniciativa probatória do juiz viola o princípio da isonomia, pois cabe à parte interessada requerer a produção das provas pertinentes, de acordo com os ônus impostos por lei.

II — Prescindem de prova os fatos notórios, os confessados, os incontroversos e os presumidos.

III — O Código de Processo Civil de 2015 consagrou o direito autônomo de produção da prova, de forma que é possível requerer a produção de uma prova independentemente de sua utilização em processo pendente ou futuro.

IV — A distribuição dinâmica do ônus da prova é cabível apenas nas demandas que envolvem relação de consumo.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) II e III.
- b) I e IV.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- c) I e III.
  - d) II e IV.
- 

**25.** Considere as assertivas que se seguem.

I – De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os fatos supervenientes devem ser considerados pelo juiz ao proferir a sentença, mas somente se disserem respeito à causa de pedir descrita na petição inicial.

II – O Código de Processo Civil proíbe a sentença condicional, mas é possível a sentença resolver uma relação jurídica condicional.

III – De acordo com o efeito positivo da coisa julgada material, se a questão já definitivamente resolvida se tornar questão incidental em outro processo, não pode ser decidida de forma distinta da que fora resolvida como questão principal no processo anterior.

IV – Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a decisão que fixa astreintes produz coisa julgada material.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) I, II e III.
  - b) II e IV.
  - c) III e IV.
  - d) II e III.
- 

**26.** Sobre os recursos e os demais meios de impugnação às decisões judiciais, assinale a opção incorreta.

a) Cabe ação rescisória contra sentença transitada em julgado, mesmo que não tenha sido interposto nenhum recurso contra ela.

b) De acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o recorrente não pode demonstrar a ocorrência de feriado local após a interposição do recurso.

c) Os embargos de declaração possuem, como regra, efeitos suspensivo e interruptivo.

d) O juiz de primeiro grau não pode fazer juízo de admissibilidade da apelação, sob pena de usurpar a competência do Tribunal de 2º grau.

---

**27.** Sobre os procedimentos de execução, assinale a opção incorreta.

a) É possível a caracterização de fraude à execução quando a alienação do bem ocorreu durante a fase de conhecimento do processo.

b) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso de penhora e expropriação de bem indivisível, deve ser assegurado ao coproprietário não responsável pela dívida o equivalente a 50% do valor da arrematação.

c) Quando o devedor alegar excesso de execução, deverá apontar nos embargos o valor incontroverso, sob pena de indeferimento da petição inicial.

d) Mesmo havendo penhora suficiente para a garantia do juízo, a impugnação ao cumprimento de sentença não terá efeito suspensivo automático.

---

**DIREITO CIVIL**

---

**28.** Considere que Gustavo tem 12 anos de idade e assinale a opção correta.

a) Os pais de Gustavo podem emancipá-lo por escritura pública.

b) Gustavo deverá ser considerado emancipado caso tenha economia própria por já exercer uma atividade profissional.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- c) Se os pais de Gustavo forem destituídos do poder familiar, Gustavo poderá ser submetido à tutela.  
d) Gustavo é relativamente incapaz.
- 

**29.** À luz do Código Civil, assinale a opção correta.

- a) É vedada, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.  
b) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.  
c) A existência de grupo econômico é suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica.  
d) As partes não podem pactuar critérios de interpretação do negócio jurídico, pois o juiz deve aplicar os critérios legais.
- 

**30.** João está devendo R\$ 500.000,00 ao Banco Zak. João é titular de um imóvel comercial no valor de R\$ 800.000,00, e não possui nenhum outro bem. Suponha que João doe esse imóvel para o seu filho. Quando o Banco Zak busca executar a dívida, não encontra nenhum bem para penhorar. Nesse caso, a doação feita por João é

- a) válida.  
b) anulável.  
c) nula.  
d) ineficaz.
- 

**31.** Suponha que um sócio de uma pessoa jurídica, de má-fé, recebeu dividendos. Nesse caso, o prazo prescricional para a sociedade pleitear a restituição desses valores será contado da data em que foi deliberada a distribuição e será de

- a) 1 ano.  
b) 2 anos.  
c) 3 anos.  
d) 5 anos.
- 

**32.** João ocupa legitimamente um imóvel com sua família. Suponha que João seja surpreendido pela presença de estranhos em torno do imóvel tentando invadi-lo. Após rápida resistência, obtém êxito na rejeição do ato invasor. O possuidor turbado poderá manter-se por sua própria força, contanto que o faça

- a) judicialmente.  
b) imediatamente.  
c) por meio da mediação.  
d) em vinte e quatro horas.
- 

**33.** Manoel invadiu um imóvel de 300 m<sup>2</sup> situado no centro de uma cidade e, por cinco anos, ocupou-o como se fosse dono, utilizando-o como moradia habitual. Manoel não é titular de nenhum outro imóvel. Nesse caso, a espécie de usucapião mais adequada é a

- a) usucapião especial urbano.  
b) usucapião familiar.  
c) usucapião extraordinário.  
d) nenhuma, porque a hipótese não configura usucapião nesse caso.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

- 34.** Manoel e Maria casaram-se sem celebrar qualquer pacto antenupcial. Nesse caso, o regime de bens aplicável ao seu casamento será o da
- comunhão parcial de bens.
  - comunhão universal de bens.
  - participação final nos aquestos.
  - separação convencional.
- 
- 35.** Em relação à união estável, assinale a opção correta.
- É pacífico que é cabível união estável envolvendo mais de duas pessoas.
  - Caracteriza-se apenas com o registro no Cartório.
  - É cabível mesmo se um dos companheiros for casado, desde que este esteja separado de fato ou judicialmente.
  - Depende da convivência *more uxorio* pelo prazo mínimo de 5 anos.

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

- 36.** Considere o texto abaixo:  
“As premissas básicas [...] baseiam-se na necessidade de interpretação da constituição ter em conta: (i) as bases de valoração (= ordem de valores, sistema de valores) subjacentes ao texto constitucional; (ii) o sentido e a realidade da constituição como elemento do processo de integração.” (CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª edição. Coimbra: Edições Almedina, 2003, p. 1212, com adaptações)”  
O trecho destacado refere-se ao método hermenêutico
- tópico-problemático.
  - normativo-estruturante.
  - Concretizador.
  - científico-espiritual.
- 
- 37.** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e as normas constitucionais atinentes, assinale a opção incorreta.
- O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
  - O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras não pode ter natureza confessional, em razão da afirmação constitucional da laicidade do Estado e da liberdade religiosa como direito fundamental.
  - É vedado ao Estado estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
  - Não viola o texto constitucional o ensino religioso confessional como disciplina facultativa dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- 
- 38.** Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta, competem
- ao Superior Tribunal de Justiça, quando se revele na lide potencial conflito ao pacto federativo.
  - à Justiça Federal de primeira ou segunda instância, conforme os órgãos ou entidades litigantes.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- c) ao Supremo Tribunal Federal, quando se revele na lide potencial conflito ao pacto federativo.
  - d) ao Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja a natureza da matéria discutida.
- 

**39.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre as seguintes matérias, exceto

- a) sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
  - b) sobre direito comercial.
  - c) sobre juntas comerciais.
  - d) sobre produção e consumo.
- 

**40.** Sobre as normas constitucionais atinentes à ciência, tecnologia e inovação, assinale a opção incorreta.

- a) É vedado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária às entidades públicas de fomento, ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- b) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.
- c) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas nacionais e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- d) O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação.

FESMPDET - REPRODUÇÃO PROIBIDA

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**PROVA III**

**DIREITO PENAL**

---

**01. Sobre os temas atuais de política criminal, assinale a opção correta.**

- a) A expansão modernizadora possui relação com a primeira e a segunda velocidades do Direito Penal.
- b) A expansão securitária se reduz ao Direito Penal do Inimigo.
- c) O Direito Penal de Intervenção consiste na defesa da pena privativa de liberdade quando da tutela de bens jurídicos coletivos.
- d) A primeira velocidade do Direito Penal abrange a tutela de bens jurídicos coletivos com a incidência de penas restritivas de direito.

**02. Em tal teoria do crime, a culpabilidade é classificada como normativa e pura, ou seja, sem categorias psicológicas. Essa afirmação constitui característica da teoria**

- a) significativa da ação.
- b) causal neoclássica.
- c) funcionalista.
- d) finalista.

**03. Nesse sistema, está presente a valoração do dolo e da culpa na pretensão de ilicitude. Essa afirmação constitui característica da teoria**

- a) social da ação.
- b) significativa da ação.
- c) finalista.
- d) causal neoclássica.

**04. A respeito da teoria da causalidade adequada, assinale a opção correta.**

- a) Causa deve ser compreendida como suficiente e necessária nas circunstâncias para os seus efeitos.
- b) Constitui sinônimo da teoria da imputação objetiva.
- c) Foi adotada no Código Penal brasileiro para explicar a concausa relativa superveniente que foge do desdobramento lógico do processo causal.
- d) Teoria da condição proporcional.

**05. Segundo o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade prevista em Tratado Internacional**

- a) aplica-se, sem necessidade de nova norma, ao ordenamento jurídico brasileiro.
- b) não se aplica ao Brasil enquanto não houver a previsão em uma lei nacional.
- c) viola a Constituição de 1988.
- d) depende, exclusivamente, de uma lei complementar.

**06. No modelo finalista, o dolo**

- a) está na culpabilidade.
  - b) integra a punibilidade.
  - c) faz parte da conduta.
  - d) independe do elemento volitivo.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**07. Quanto à prescrição, é correto afirmar que EXCLUI**

- a) a punibilidade.
  - b) a tipicidade.
  - c) a ilicitude.
  - d) a culpabilidade.
- 

**08. No tocante ao furto, é INCORRETO afirmar que, atualmente,**

- a) será qualificado pela fraude quando essa for utilizada para enganar a vítima.
  - b) o repouso noturno (causa de aumento de pena) não convive com a qualificadora, segundo a posição atual do Superior Tribunal de Justiça.
  - c) será privilegiado quando for praticado por agente primário e a coisa tiver pequeno valor.
  - d) nas formas tipificadas com penas abstratas inferiores a quatro anos, presentes os demais requisitos, admite o acordo de não persecução penal.
- 

**09. Quanto ao crime de peculato, assinale a opção INCORRETA.**

- a) Pode ser cometido por não funcionário público em concurso de pessoas com um funcionário público.
  - b) Na forma culposa, a reparação do dano realizada antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade.
  - c) O concurso de pessoas será explicado pela teoria do domínio do fato.
  - d) Na modalidade prevista no *caput* do artigo 312 do Código Penal, não foi contemplado peculato de uso.
- 

**10. Quanto à falsidade ideológica, assinale a opção INCORRETA.**

- a) Constitui um crime contra a fé pública.
  - b) Admite a forma comissiva e a forma omissiva na descrição do artigo 299 do Código Penal.
  - c) Admite tentativa na forma omissiva própria.
  - d) Cuida-se de crime que possui elementar subjetiva especial.
- 

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

**11. Sobre a colaboração premiada, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A colaboração é negócio jurídico-processual e meio de prova, com especial destaque à chamada que o colaborador realiza quando ouvido em juízo como testemunha.
  - b) A colaboração premiada exige, para sua formalização, a participação do defensor técnico do colaborador em todas as etapas de negociação, formalização e implementação do acordo.
  - c) Se iniciadas as tratativas para o acordo e ele não se completa por recusa de uma das partes, o Ministério Público não poderá se valer das informações ou provas apresentadas pelo colaborador, de boa-fé, para qualquer outra finalidade.
  - d) A concessão de perdão judicial ao colaborador exige pedido do Ministério Público ou representação do delegado de polícia.
- 

**12. A respeito do procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A soberania do veredicto do Tribunal do Júri não impede a desconstituição da decisão por meio de revisão criminal.
- b) Não viola o princípio da soberania dos veredictos a cassação da decisão do Tribunal do Júri manifestamente contrária à prova dos autos.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- c) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- d) O quesito genérico de absolvição (art. 483, III, do CPP), se inexistente tese defensiva de mérito, pode ser tido como contraditório em relação ao reconhecimento da autoria e da materialidade do crime.
- 

**13. Assinale a opção correta sobre a Lei n. 9.099/1995.**

- a) A alternatividade da pena de multa permite que o crime admita suspensão condicional do processo independentemente da previsão da pena privativa de liberdade.
- b) A suspensão condicional do processo é instituto aplicável unicamente no juizado especial criminal.
- c) Transação penal e suspensão condicional do processo são institutos impossíveis em um mesmo caso: ou cabe um ou cabe outro, jamais os dois para um mesmo caso.
- d) O prazo de suspensão condicional do processo pode ser reduzido para seis meses, caso o juiz fundamentadamente entenda que o sujeito bem cumpriu as condições do acordo.
- 

**14. Com relação à Lei n. 9.099/1995, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A assunção do compromisso pelo autor do fato de comparecer na data a ser designada perante o juizado especial criminal afasta a imposição da prisão em caso de flagrante.
- b) A composição dos danos civis entre autor do fato e ofendido deve ser buscada ainda que o crime seja de ação penal pública incondicionada.
- c) A oferta de transação penal, nos crimes de ação penal de iniciativa privada, é de titularidade do ofendido.
- d) A negativa do querelante em ofertar transação penal autoriza que o juiz ofereça o benefício ao autor do fato.
- 

**15. Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção INCORRETA.**

- a) O presidente, na elaboração do quesito absolutório, deve complementar sua redação para vinculá-lo à tese defensiva sustentada pelo acusado ou por seu defensor em plenário.
- b) A formulação do quesito absolutório deve observar o texto previamente estabelecido pelo CPP; é vedado ao presidente alterar a redação desse quesito.
- c) Cada crime imputado ao acusado enseja uma série própria de quesitos.
- d) O presidente apresentará os quesitos às partes e os explicará aos jurados antes de determinar a ida à sala especial.
- 

**16. Acerca do procedimento comum previsto no CPP, assinale a opção INCORRETA.**

- a) As partes poderão requerer a realização de diligências probatórias, após o interrogatório do acusado, desde que demonstrem a necessidade dessa diligência originada de circunstância ou fato apurado no curso da instrução.
- b) No interrogatório, o direito ao silêncio do acusado alcança o momento em que o juiz o identifica e o qualifica.
- c) A apresentação de contradita à testemunha, no processo penal, impede que o juiz lhe tome o compromisso de dizer a verdade.
- d) É vedado à parte, na inquirição da vítima de crime contra a dignidade sexual, indagar sobre circunstância ou elemento alheio ao fato objeto de apuração nos autos.
-

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

**17. Sobre o procedimento sumaríssimo, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A recusa injustificada do Ministério Público em ofertar a proposta de transação penal pode ser suprida pelo juiz, desde que haja pedido expresso do autor do fato.
  - b) A composição dos danos civis, nos crimes de ação penal pública incondicionada, não prejudica a persecução penal.
  - c) A admissibilidade da ação penal, no procedimento sumaríssimo, é antecedida de manifestação do defensor do denunciado.
  - d) O recurso de apelação interposto contra sentença proferida pelo juiz no procedimento sumaríssimo é julgado pela turma recursal dos juizados especiais criminais.
- 

**18. A respeito da Lei n. 11.343/2006, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A audiência de instrução e julgamento do procedimento especial da Lei de Drogas deverá se realizar no prazo de 30 dias contado da decisão que recebe a denúncia.
  - b) Apesar do texto da Lei n. 11.343/2006 estabelecer o interrogatório como ato primeiro da instrução processual, o Supremo Tribunal Federal fixou a compreensão de que o interrogatório deve se realizar após a produção da prova testemunhal, como determina o art. 400 do CPP.
  - c) O recolhimento do réu à prisão, para interpor recurso de apelação contra a sentença condenatória, é obrigatório.
  - d) No procedimento especial previsto na Lei n. 11.343/2006, como regra, a defesa técnica do denunciado deve se manifestar sobre a acusação antes da admissibilidade da denúncia.
- 

**19. Com relação à sentença no procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção correta.**

- a) No caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, o presidente determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão.
  - b) No caso de absolvição em plenário, o presidente poderá, fundamentadamente, manter medida cautelar que se preste à proteção da vítima.
  - c) Em caso de desclassificação do crime doloso contra a vida para crime de menor potencial ofensivo, o presidente determinará a remessa do feito ao juizado especial criminal.
  - d) As partes devem, necessariamente, indicar, ainda em plenário, se pretendem apelar, ou não, da sentença proferida pelo presidente, indicando seguidamente a alínea que servirá de base ao recurso de fundamentação vinculada.
- 

**20. No que concerne ao procedimento do júri, assinale a opção correta.**

- a) Ao decidir pela pronúncia do acusado, o juiz deve, necessariamente, impor prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal.
- b) Na quesitação, a tese de legítima defesa putativa deve ser apreciada pelos jurados seguidamente à consideração da tese de legítima defesa real.
- c) A ocorrência de morte da vítima, em razão do crime já pronunciado, autoriza que o juiz abra vista dos autos para o Ministério Público, ainda que já preclusa a pronúncia.
- d) A decisão de impronúncia impede seja desarquivada a investigação do fato, ainda que presente notícia de nova prova pertinente ao fato criminoso.

Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

**21. Assinale a opção correta.**

- a) O litisconsórcio necessário sempre é unitário.
- b) A fim de preservar a celeridade e o exercício do direito de defesa, o juiz pode limitar o litisconsórcio quanto ao número de litigantes, nos casos de litisconsórcio facultativo ou necessário.
- c) A sentença de mérito será nula quando proferida sem a observância de regra que impõe a formação de litisconsórcio, mas apenas nos casos de litisconsórcio necessário e simples.
- d) De acordo com o princípio da autonomia dos litisconsortes, as condutas de um litisconsorte nunca beneficiarão ou prejudicarão os demais.

---

**22. Assinale a opção correta.**

- a) Nas ações de separação judicial e divórcio, é competente o foro da residência da mulher.
- b) A competência do juízo da situação do imóvel não é absoluta nas ações possessórias.
- c) A incompetência absoluta e a relativa devem ser alegadas como questões preliminares na contestação.
- d) Nas ações reais imobiliárias propostas contra uma pessoa casada, o cônjuge necessariamente deve integrar o polo passivo, independentemente do regime de bens do casamento.

---

**23. Assinale a opção INCORRETA.**

- a) O duplo grau de jurisdição é uma garantia processual prevista na Constituição Federal e, portanto, não pode ser afastada por norma infraconstitucional.
- b) Mediante ato de cooperação jurisdicional, é possível promover a centralização de processos repetitivos perante um mesmo Juízo.
- c) É possível a flexibilização do procedimento por iniciativa do juiz, inclusive no que diz respeito à alteração da ordem de produção das provas.
- d) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente e rateadas entre os interessados.

---

**24. Sobre intervenção de terceiros, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo, o assistente, o processo no estado em que se encontre.
- b) Se a parte deixar de promover a denunciação da lide no momento oportuno, poderá exercer o direito de regresso contra o terceiro em ação autônoma.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para requerer a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica quando lhe couber intervir no processo.
- d) O ingresso da União como *amicus curiae* em processo que tramita perante a Justiça Estadual provoca a alteração da competência do juízo, com a consequente redistribuição para a Justiça Federal.

---

**25. Acerca de sentença e coisa julgada, assinale a opção correta.**

- a) Se o juiz conceder, ao autor, um bem da vida que não foi requerido na petição inicial, estaremos diante de uma sentença *ultra petita*.
- b) Haverá remessa necessária quando a sentença proferida contra o Distrito Federal estiver fundamentada em acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso especial repetitivo.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- c) Considerando que apenas a parte dispositiva da sentença produz coisa julgada material, em nenhuma hipótese esse fenômeno incidirá sobre questão prejudicial decidida incidentalmente no processo.
- d) É possível a formação de coisa julgada material a partir de decisão interlocutória de resolução parcial do mérito.
- 

**26. Sobre recursos e ação rescisória, é correto afirmar que**

- a) os embargos de declaração possuem efeito suspensivo *ope legis*, de forma que a decisão embargada não produz efeitos enquanto o recurso não for julgado.
- b) o relator pode, monocraticamente, negar provimento a uma apelação quando a tese do recurso for contrária a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- c) o autor de uma ação rescisória, inclusive o Ministério Público, deve depositar a importância de 5% sobre o valor da causa ao propor a demanda, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- d) a propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda.
- 

**27. Assinale a opção correta sobre execução.**

- a) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento por falta de interesse processual.
- b) É possível observar o procedimento de execução mediante prisão civil no caso de alimentos provisórios.
- c) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o procedimento da execução mediante prisão civil é cabível no caso de alimentos indenizatórios.
- d) A oposição de embargos à execução suspende automaticamente o procedimento de execução, desde que o juízo esteja garantido pela penhora.
- 

**DIREITO CIVIL**

---

**28. Uma empresa despeja, frequentemente, determinados dejetos em um rio. Não havia nenhuma lei proibindo o ato. Se, porém, sobrevier uma lei proibindo-o e estabelecendo punições no caso de infração,**

- a) a empresa poderá continuar poluindo, pois nova lei não pode atingir direito adquirido.
- b) a empresa poderá ser punida pelos atos praticados antes da nova lei, pois a nova lei pode ter eficácia contra atos anteriores.
- c) a empresa, após a nova lei, estará proibida de despejar dejetos no rio.
- d) ela terá direito a continuar lançando os dejetos no rio, sob pena de violação à boa-fé, desde que tenha feito elevados investimentos para instalar seu parque industrial no local.
- 

**29. Assinale a opção correta.**

- a) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando não haja intenção difamatória.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

d) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

**30. O negócio jurídico simulado gera todos os efeitos a seguir elencados, EXCETO:**

- a) O negócio jurídico simulado é nulo, mas preservam-se em face dos contraentes do negócio os direitos de terceiros de boa-fé.
- b) O vício do negócio jurídico, se não alegado pelo terceiro interessado, convalesce pelo decurso do tempo.
- c) A nulidade do negócio jurídico simulado pode ser alegada por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.
- d) A nulidade deve ser pronunciada pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos, não lhe sendo permitido supri-la.

**31. Sobre os efeitos da posse previstos no Código Civil, é correto afirmar que**

- a) o possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sem saber que o era.
- b) o possuidor, mesmo que de boa-fé, não tem direito aos frutos percebidos.
- c) o possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, mesmo que não der causa.
- d) o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.

**32. A perda do bem adquirido em contrato oneroso, em função de sentença que atribui a titularidade deste a terceiro, acarreta**

- a) vício redibitório.
- b) vício do produto.
- c) evicção.
- d) exceção de contrato não cumprido.

**33. Marta recebeu citação em ação de execução por dívida de imposto predial em relação ao imóvel em que reside com a sua família. Trata-se do único imóvel próprio da entidade familiar e que serve de residência para ela, seu marido e os dois filhos do casal. Nesse caso, o imóvel é**

- a) impenhorável, porém não estão abrangidos os móveis que guarnecem a residência, ainda que quitados.
- b) impenhorável, pois se configura a proteção ao bem de família, que não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza contraída pelo casal ou por seus filhos.
- c) penhorável, pois o bem de família não é oponível em relação às dívidas contraídas pelos particulares em relação ao Poder Público.
- d) penhorável, pois o crédito de impostos prediais ou territoriais devidos em função do imóvel familiar constitui exceção à regra de proteção ao bem de família.

**34. João, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Leda, assinou contrato de fiança em um contrato de locação comercial, sem contar com a anuência de sua esposa. O patrimônio do casal é constituído basicamente por um único imóvel adquirido onerosamente durante o casamento, utilizado para fins de moradia. Nessa situação, a fiança será considerada**

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- a) parcialmente anulável, cabendo exclusivamente a Leda alegar a anulabilidade, de modo que a fiança terá eficácia quanto à meação de João.
  - b) nula, cabendo a qualquer um dos interessados alegar a invalidade de toda a fiança prestada.
  - c) válida, mas apenas poderá atingir os bens de João, pois a fiança sem a anuência de Leda será ineficaz em relação aos bens da meação da esposa.
  - d) anulável, cabendo exclusivamente a Leda alegar a invalidade de toda a fiança prestada.
- 

**35. Assinale a opção correta.**

- a) Aceitando a herança, o herdeiro não responde por todo o passivo deixado pelo *de cujus*, ainda que isso supere os limites das forças da herança.
  - b) Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento, mas não subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.
  - c) Aceitando a herança, o herdeiro passa a responder por todo o passivo deixado pelo *de cujus*, ainda que isso supere os limites das forças da herança.
  - d) O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.
- 

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

**36. Supondo que determinada Assembleia Legislativa estadual edite uma lei exigindo que concessionárias de serviços de telefonia instalem bloqueadores de celular em presídios do estado, este ato normativo poderá ser considerado, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal,**

- a) constitucional, já que trata de direito penitenciário, em relação à qual a competência legislativa é concorrente entre a União e os Estados.
  - b) inconstitucional, por violação material ao princípio da livre concorrência.
  - c) inconstitucional, por versar sobre matéria de telecomunicações, cuja competência é privativa da União.
  - d) constitucional, apenas se inexistente lei federal que cuide do tema.
- 

**37. A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) perante o Supremo Tribunal Federal é ação típica do controle concentrado**

- a) e abstrato de constitucionalidade, cujo objeto pode ser apenas ato normativo estadual, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
  - b) e abstrato de constitucionalidade, cujo objeto pode ser apenas ato normativo federal, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
  - c) e concreto de constitucionalidade, cujo objeto pode ser apenas ato normativo pré-constitucional, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
  - d) e abstrato de constitucionalidade, cujo objeto pode ser atos normativos federais ou estaduais, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
- 

**38. No que tange à administração pública, a Constituição de 1988 e suas emendas estabelecem que**

- a) os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado seu acesso aos estrangeiros.

*Processo Seletivo dos Cursos de Especialização,  
em nível de Pós-Graduação Lato Sensu  
ANOS ANTERIORES*

---

- b) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, ainda que não lhe seja franqueado o direito de greve.
  - c) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo o administrador que a invocar fazê-lo de forma genérica e inespecífica.
  - d) o dever constitucional de realização de concurso público não impede as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 

**39. Relativamente aos direitos políticos, é correto afirmar que**

- a) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, sem prejuízo de medidas como o plebiscito; o referendo; e a iniciativa popular, que não alcança as Propostas de Emenda Constitucional.
  - b) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
  - c) são inalistáveis os estrangeiros e os militares, em qualquer condição.
  - d) nos casos em que buscam a reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- 

**40. Sobre o processo legislativo das Medidas Provisórias, assinale a opção INCORRETA.**

- a) Durante o processo de sua conversão em lei, é possível a apresentação de emendas parlamentares ao texto originalmente apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, exigindo-se, necessariamente, que estas apresentem pertinência temática com a matéria discutida.
- b) Durante o processo de sua conversão em lei, é possível a apresentação de emendas parlamentares ao texto originalmente apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, sem limitação temática, eis que, na doutrina da separação dos poderes, cuida-se de função típica do Poder Legislativo.
- c) Durante o processo legislativo, as medidas provisórias deverão ser apreciadas por uma comissão mista de Deputados e Senadores, à qual caberá a emissão de parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- d) Veda-se a reedição, em uma mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.